

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre a mobilidade residencial especificamente, poderíamos fazer as seguintes considerações. São famílias (na maioria vinda de municípios circunvizinhos a Juiz de Fora) que, devido à valorização imobiliária de outros locais da periferia do espaço intra-urbano juizforano, acabam colocando em prática a mobilidade residencial, tendendo a se concentrarem na RP de Lourdes e em bairros limítrofes a esta, aonde o preço do aluguel ainda é compatível com suas rendas familiares, até fixarem morada no assentamento de submoradia.

O mesmo fator descrito acima (a valorização imobiliária das demais RP's da periferia) é responsável pelo grande número de famílias que têm a RP de Lourdes como local de recepção na cidade, bem como explica sobre a supremacia desta RP entre as famílias que habitam a cidade há 15 anos ou menos, pois é nela que as famílias encontraram, a princípio, aluguéis compatíveis com suas rendas. Também não podemos deixar de considerar o grande número de famílias que moravam em imóveis cedidos, o que realça mais uma vez a questão econômica como importante elemento decisório sobre a mobilidade residencial destas famílias, principalmente na mudança que empreenderam para o Alto Santo Antônio.

Questão econômica que, fundamentalmente, interliga-se com a inserção de Juiz de Fora na lógica sócio-espacial da globalização, que segmenta o espaço intra-urbano de uma nova maneira, privilegiando alguns locais, antes fora dos interesses econômico-financeiros e imobiliário-especulativos, em detrimento de outros, rompendo com o equilíbrio anterior, levando a população a se adaptar às novas condições, quase sempre, impostas e feitas de maneira rápida.

Conseguimos, ainda, distinguir (na aplicação dos questionários e com o contato com a comunidade) três períodos distintos para o Alto Santo Antônio, como apresentamos em um artigo.



O primeiro seria o momento da invasão, aonde famílias oriundas de outros municípios chegam a Juiz de Fora e não tendo outra forma de conseguirem uma moradia, invadem um terreno na periferia, buscando logo em seguida algum tipo de ajuda junto aos políticos locais. Logo em seguida vem o momento de organização das famílias para obtenção em definitivo da posse do local. Tem-se início então a uma série de alterações. Com a posse, mesmo que provisória, as famílias passam a negociar os terrenos, havendo, assim, algumas vendas ilícitas e se somando às primeiras, novas famílias, agora oriundas também de dentro da própria cidade. O terceiro período está sendo posto em marcha agora, com o projeto de urbanização que a prefeitura irá iniciar, o que, com certeza, alterará ainda mais o perfil das famílias ali existentes (OLIVEIRA et MENEZES, 2004, p. 9).

Também ponderamos que, mesmo não sendo um espaço intra-urbano de interesse direto dos investimentos imobiliários, o local acaba se dinamizando pela mobilidade residencial das famílias de baixa renda, postas às margens do processo. Surge aqui a personificação da segregação sócio-espacial, pois o cidadão (que deveria ser respeitado em seus direitos) é cerceado do convívio urbano pleno, do atendimento às suas necessidades básicas, da qualidade de vida, tendo que suportar o preconceito daqueles olham o local como reduto de marginais ou, no mínimo, de indivíduos incultos e ignoráveis.

Com relação às políticas públicas direcionadas para a parcela da população que vive em áreas como o Alto Santo Antônio, vale salientar que a ação pública nas submoradias, nos últimos tempos, se caracterizou não só pela escassez de investimentos em serviços de infra-estrutura, como também por limitações legais, restringindo a atuação governamental. Frequentemente, esses entraves geraram controvérsias sobre o provisionamento de serviços e infra-estrutura a esses assentamentos e sobre a possibilidade de garantir posse ou propriedade de áreas invadidas e ocupadas por submoradias, implicando, muitas vezes, no agravamento das condições ambientais em algumas áreas das regiões periféricas de Juiz de Fora.



No caso da política intra-urbana, isso implica avaliar a gestão e o planejamento urbano nos seus aspectos financeiros, legais, institucionais e político-administrativos, especialmente quanto ao uso do solo, à infra-estrutura, aos serviços públicos e à habitação, com vistas à contenção da deterioração social e física do meio intra-urbano.

A amenização dos problemas urbanos brasileiros passa pelo reconhecimento de que a política urbana deve ser vista numa perspectiva intersetorial, com inserção no contexto macroeconômico e social, tendo em vista melhor aplicação dos investimentos urbanos, a ampliação da equidade social, o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população (MOTTA, MUELLER et TORRES, 1997, p. 40).

Pode-se considerar, portanto, que os problemas sócio-ambientais têm forte relação com a pobreza da população nos assentamentos de submoradias que, por sua vez, são vítimas de um processo de integração de um espaço produtivo globalizado que os exclui, como já mencionado. Tanto essa parte da população tem menos acesso a serviços de infra-estrutura básica, como é a maior vítima, posto que as condições de renda e as políticas inadequadas, que visam somente o atendimento à mais-valia do capital globalizado, não permitem que a população tome atitudes defensivas.

No contexto da sociedade brasileira (historicamente marginalizadora e discriminatória da maior parcela da população) o individualismo e o consumismo se conformam em aberrante irresponsabilidade social e em institucionalização da segregação sócio-espacial das classes menos favorecidas.

Mediante um movimento contra-hegemônico, as políticas locais podem ganhar um papel de destaque, operando sobre a crise da relação salarial e apoiando as lutas sociais articuladas com a valorização do trabalho e com o equacionamento dos problemas da cidade, sobremaneira aumentados por esse movimento de

complexas transformações. É possível estimular a luta contra a degradação dos mecanismos garantidores de políticas públicas universalizantes, decorrente da reforma neoliberal implementada pelo governo central, como também contra a seletividade social e os efeitos segregadores da nova ordem mundial (RAMOS et BARBOSA, 2002, p. 110).

Acreditamos na viabilidade da resolução dos pontos negativos que o neoliberalismo e a globalização trouxeram para o espaço intra-urbano de Juiz de Fora e das cidades brasileiras como um todo. A mudança de valor e comportamento sócio-políticos que se faz referência compreendem necessariamente a desprivatização do Estado, em todos os níveis de governabilidade (hoje monopolizado pelos grandes interesses econômicos, do capital mundializado, e corporativos, das elites dominantes) e a restauração do conceito de bem comum e interesse público como categoria diversa do bem e do interesse do Estado.

Isso nos faz propor algumas questões a serem respondidas por nós cidadãos. Será que o “desenvolvimento” apregoado pelas autoridades tem sido realmente em benefício de todos? Até quando aqueles beneficiados pelas maravilhas advindas da globalização poderão continuar a alijar os demais habitantes da cidade sem que haja conflitos mais sérios do que os que já ocorrem cotidianamente?

Ressaltamos novamente nossa crença no conhecimento da mobilidade residencial como potencializador de um planejamento e gestão urbanos mais criteriosos, que promovam as condições de igualdade no oferecimento de infraestrutura e serviços intra-urbanos a toda população juizforana, além de auxiliar a Geografia no conhecimento apurado do espaço intra-urbano, sobremaneira, como aqui destacado, das cidades médias brasileiras.

Temos plena consciência de que não exaurimos a análise da temática e das informações aqui compiladas; nem tínhamos pretensão de tal. Por isso anexamos os questionários aplicados, esperando que venham a ser utilizados em mais estudos ou que sirvam, pelos menos, como modelo em seus acertos e erros



metodológicos. Também pretendemos dar continuidade à pesquisa relacionada ao espaço intra-urbano, à mobilidade residencial, ao ambiente urbano, entre outros, buscando, humildemente, pelo conhecimento que sirva ao povo brasileiro e à Geografia.